

30 JUL 1987

p 11

En busca do tempo perdido

Luiz Orlando Carneiro

As sessões extraordinárias para debate de temas específicos do projeto de Constituição, previstas para ocupar o mês de agosto, deverão lotar as galerias de ululares torcidas organizadas e provocar acos bate-bocas entre os constituintes mais intransigentes, de um lado e de outro. No entanto, nada acrescentará ao espírito e ao corpo do substitutivo da Comissão de Sistematização, cuja data limite para votação é o dia 20 de setembro, mas que já está costurada pelo relator, Bernardo Cabral, com conhecimento e o apoio das lideranças mais expressivas da Constituinte, à frente o presidente Ulysses Guimarães.



Depois de cinco meses de um processo cansativo, determinado por um regimento intrincado, todos os constituintes já colaram — para usar a expressão de um membro da "Grande Comissão" — seus ratrinhos no calhambo que é o projeto de 496 artigos da Constituição. Mas o verdadeiro projeto constitucional será o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização que, com um lápis vermelho, já vem trabalhando para riscar do "projetão" tudo quanto é matéria típica de lei, ordinária ou complementar.

O relator Bernardo Cabral acha que, com o trabalho de limpeza do projeto, nais a acolhida de emendas — grande parte delas supressivas —, o substitutivo a ir para o plenário terá entre 200 e 250 artigos. Conforme o regimento, apresentado o substitutivo, os constituintes terão o prazo de 48 horas para oferecer emendas, "ermitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao projeto e às emendas anteriores". Já há um acerto para que esse prazo seja dilatado para 15 dias — o que também não vai implicar maiores modificações, pois emendas serão sempre reapresentadas aos milhares, num processo tal que os extremos acabam por se anular, em proveito da espinha dorsal do "projeto que conta".

Na verdade, assiste-se nas dependências do Congresso (e fora delas) à gestação de duas Constituições. Há a Constituição

para as galerias, nascida da ganga bruta das 24 subcomissões, cujo espelho é o atual projeto, e que continuará a ser objeto dos mais acalorados debates; e há a Constituição a tomar forma a partir do substitutivo da "Grande Comissão", já em franco processo de negociação pelas lideranças político-partidárias que realmente contam.

A ida do presidente da Constituinte e do PMDB ao 26º andar do prédio do Senado para um encontro com o presidente do PFL, Marco Maciel, amplamente documentado pela imprensa, teve por objetivo mostrar que o projeto constitucional para valer não será ditado pelas galerias, mas será fruto das negociações já em curso entre as correntes mais representativas da assembleia, formadas pela maioria absoluta dos 436 constituintes dos dois partidos majoritários.

Outro indicador de que o projeto constitucional real será o substitutivo da Comissão de Sistematização foi o esforço dos partidos e grupos minoritários para impor as sessões extraordinárias com pauta específica. Ora, o projeto atual, com seus quase 500 artigos, foi colocado na ordem do dia para discussão há mais de 15 dias e, até hoje, não foi propriamente discutido. A grande maioria dos constituintes dedica-se à apresentação de emendas, a maior parte delas rejeitadas nas etapas anteriores. Com as sessões extraordinárias, os grupos minoritários estão procurando, como é natural, manter em forma suas tropas de choque, imbatíveis nas galerias, à espera dos rounds finais no plenário.

Quanto à cirurgia profunda a ser feita pela "Grande Comissão" no atual projeto, sabe-se que os capítulos e seções pelos quais foram responsáveis as comissões de organização dos poderes e sistema de Governo e do sistema tributário, orçamento e finanças serão mantidos em sua grande parte. Assim é que, no que se refere ao sistema de Governo, o plenário da Constituinte receberá para discutir e votar o parlamentarismo mitigado, propondo-se ainda que o presidente Sarney termine o seu mandato, qualquer que seja sua extensão, no atual sistema presidencialista. Entre os demais temas polêmicos, um meio-termo para a questão da reforma agrária está em plena negociação, mas a reintegração à tropa dos militares cassados e já anistiados em 1985, assim como a estabilidade do trabalhador, tal como prevista no "projetão", estão fora de cogitação.

Luiz Orlando Carneiro é diretor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília.